

A LÍNGUA NACIONAL E OUTROS ESTUDOS LINGUÍSTICOS (RIBEIRO, 1979): UMA NARRATIVA HISTORIOGRÁFICA¹

A LÍNGUA NACIONAL E OUTROS ESTUDOS LINGUÍSTICOS (RIBEIRO, 1979): A HISTORIOGRAPHICAL NARRATIVE

Nathalia Santiago de Oliveira

orcid.org/0009-0004-8962-9207

nathaliasantiagode@gmail.com

RESUMO

Fundamentado nos preceitos da Historiografia da Linguística, este trabalho visa recuperar e discutir os estudos sobre a língua apresentados na obra *A língua nacional e outros estudos linguísticos* (RIBEIRO, 1979), especialmente sobre os *brasileirismos*. Na construção da narrativa historiográfica foi possível observar que a Língua Portuguesa no Brasil adquiriu fortemente a influência dos povos presentes no território brasileiro, principalmente dos povos indígenas e africanos. Ribeiro (1979) reconhece as especificidades brasileiras e se inclina a não excluir as raízes da formação da Língua Portuguesa no Brasil, mas, sim, explica as origens de expressões e vocábulos utilizados pelos brasileiros.

Palavras-chave: Língua portuguesa; *brasileirismos*; Historiografia da Linguística.

ABSTRACT

*Based on the principles of Historiography of Linguistics, this research aims to recover and discuss the language studies presented in the book *A língua nacional e outros estudos linguísticos* (RIBEIRO, 1979), particularly concerning *brasileirismos*. In constructing the historiographical narrative, it was possible to observe that the Portuguese language in Brazil strongly acquired influence from the peoples present in Brazilian territory, especially indigenous and African peoples. Ribeiro (1979) acknowledges the Brazilian specificities and leans towards not excluding the roots of the formation of this language in Brazil, but rather explains the origins of expressions and vocabulary used by Brazilians.*

Keywords: Portuguese Language; *brasileirismos*; Historiography of Linguistics.

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira é composta, principalmente, mas não só, pelo contato entre os povos lusitanos, indígenas e africanos. Esse contato influenciou a formação da cultura e, especialmente, da língua usada no território do país. Em meio ao denso espaço multilíngue, por diversas razões, no século XIX a Língua Portuguesa se tornou a língua predominante no Brasil. No entanto, não era a língua purista como havia chegado junto com os colonizadores. Era, certamente, uma Língua Portuguesa enriquecida pelo contato com as diversas línguas indígenas e de populações africanas.

¹ - Este artigo é uma fração da pesquisa de Iniciação Científica (PIBIC-UFPI-2021/2022) intitulada *A língua nacional* (Ribeiro, 1979) e *O idioma nacional na escola secundária (Nascentes, 1935): um percurso historiográfico*.

As diferenças linguísticas entre a Língua Portuguesa presente no Brasil e em Portugal, ocasionadas por esse contato, suscitou a discussão sobre *a questão da língua no Brasil*, a qual apontava se seriam línguas de um mesmo sistema léxico-gramatical ou se seriam sistemas diferentes. Diante disso, diversos intelectuais do século XIX e XX apresentaram suas considerações e o seu posicionamento a respeito da discussão.

Nesse sentido, este artigo registra um estudo que busca construir uma narrativa historiográfica, por meio dos pressupostos teórico-metodológicos da Historiografia da Linguística, sobre a obra *A língua nacional e outros estudos linguísticos* (Ribeiro, 1979). Assim, tem-se como objetivo geral recuperar e discutir os estudos sobre a língua apresentados por Ribeiro na obra supracitada, especialmente sobre os *brasileirismos*. Para alcançar este objetivo, traçou-se os seguintes objetivos específicos: i) construir uma narrativa historiográfica sobre as influências que a Língua Portuguesa sofreu no Brasil, contextualizando o autor e a obra; ii) apresentar e discutir os estudos presentes na obra; e iii) evidenciar, nas considerações finais, a tese do autor.

Assim, o artigo obedecerá à seguinte organização: após a introdução, é discorrido uma contextualização historiográfica sobre a formação da sociedade brasileira e a Língua Portuguesa recebeu; em seguida, será realizada a apresentação da obra, bem como a discussão sobre o conteúdo presente no texto; e, por fim, as considerações finais.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTORIOGRÁFICA: PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES

Observando os fatos históricos que ocasionaram a formação da sociedade brasileira, podemos considerar que a diversidade e a multiplicidade de povos presentes no território brasileiro tiveram grande influência no processo de construção da Língua Portuguesa no Brasil. Por isso, é fundamental compreender o sentido da colonização no país, visto que nele é possível encontrar os elementos fundamentais para a formação e o desenvolvimento da sociedade brasileira.

A princípio, as condições naturais da América, tão divergentes da terra de origem dos colonizadores, revelaram-se um forte estímulo para que ocorresse a ocupação (povoamento) e a exploração das terras, pois tais condições distintas propiciaram aos colonizadores a aquisição de gêneros que não eram possíveis de obter em seu continente de origem, como o açúcar, a pimenta, o tabaco, o arroz, algodão e tantos outros gêneros de origem tropical (Prado Júnior, 2011 [1942]). Para explorar os recursos naturais do território, em proveito do comércio europeu, foi necessário transportar povos africanos e, também, aproveitar os povos indígenas como mão-de-obra escrava.

No Brasil, segundo Prado Júnior (2011 [1942]), se conservou um intenso caráter mercantil, na qual o colono aproveitava os recursos naturais para a produção de gêneros de grande valor comercial através do trabalho de povos que, na época, dominavam, tais como os negros africanos, que eram importados para o Brasil, e os indígenas.

Os colonizadores lusitanos, no entanto, tentaram introduzir os indígenas na sociedade, incorporando-os como elemento participante da colonização. Todavia, conforme Prado Júnior (2011 [1942]), essa tentativa acarretou um difícil problema, pois: i) os colonos os viam como um trabalhador escravo aproveitável; ii) os indígenas, para a formação de uma metrópole, seriam povoadores da extensa área da capacidade demográfica do país; e iii) as missões religiosas fugiam do real propósito da colonização, e isso agravou ainda mais a situação.

Sobre as missões dos jesuítas, principalmente, Prado Júnior (2011 [1942]) destaca que eles tinham objetivos próprios, como a propagação da fé, os interesses da Igreja ou das ordens respectivas, e esses objetivos, muitas vezes, se contradiziam com os objetivos dos colonos, “o jesuíta agia muitas vezes em contradição manifesta não só com os interesses particulares e imediatos dos colonos, o que é matéria pacífica, mas com os da própria metrópole e de sua

política colonial” (Prado Júnior, 2011 [1942], p. 95). Além disso, devido à postura rígida dos colonizadores, a relação entre colonos e indígenas, categoricamente, nunca fora de igual para igual. O indígena era visto com inferioridade.

Ademais, Faraco (2019) afirma que os portugueses não se limitavam apenas às relações comerciais, mas também empenharam esforços para estabelecer uma colônia de exploração e povoamento. O objetivo de incorporar os indígenas à cultura luso-brasileira se tornou mais claro com o estabelecimento de leis e outros atos oficiais, especialmente aqueles que instigavam a ampliação social da Língua Portuguesa. Faraco (2019) exemplifica isso discorrendo sobre o Estatuto do Indigenato, que decretava “a incorporação à economia da sociedade colonial de parte das populações locais na condição de *assimilados*. Para alcançar essa condição, era preciso demonstrar conhecimento da língua portuguesa” (Faraco, 2019, p. 101-102, grifo do autor).

Esse Estatuto regulamentava a distinção entre indígena e não-indígena. E somente eram aceitos como cidadãos os não-indígenas. Ainda com Faraco (2019), a versão desse documento de 1954 listava as condições necessárias para o indígena adquirir a cidadania, quais sejam: “(a) ter mais de 18 anos; (b) **falar corretamente a língua portuguesa**; (c) exercer profissão [...]” (Faraco, 2019, p. 102, grifos nossos). O interessante é que o requisito (b) não verificava se o indígena era alfabetizado ou não. O texto legal não exigia o domínio da leitura e da escrita, mas somente da fala em Língua Portuguesa. Desse modo, a Língua Portuguesa, aos poucos, era colocada como uma ferramenta de incorporação da postura lusófona na sociedade brasileira.

Outrossim, a ocupação agrícola no Brasil ocorria, de um lado, com base numa economia de coleta de pau-brasil e no uso de indígenas para o trabalho que, mais tarde, se transformou numa economia de produção açucareira. Por outro lado, devido à economia açucareira da América, os colonos se empenharam no tráfico de africanos escravizados como mão de obra. Os comerciantes luso-brasileiros monitoravam o sistema de tráfico quase sem concorrentes e “forneciam escravizados não só para o Brasil (seu principal destino), mas também para as colônias açucareiras nas Antilhas controladas por espanhóis, franceses, holandeses e ingleses” (Faraco, 2019, p. 99). O incremento dos povos africanos contribuiu significativamente para a formação da população (e da cultura) brasileira, conforme afirma Prado Júnior (2011 [1942]):

A contribuição que (o africano) traz é considerável, e certamente muito superior à do índio. Não só pelo estoque inicial, que em princípios do século XIX, já antes das grandes importações desse século, não teria sido de menos de cinco a seis milhões de indivíduos introduzidos, mas por outros fatores que asseguram a perpetuação do seu sangue em proporção mais elevada: a resistência maior que oferece na presença do branco e o contato mais íntimo que teve com ele, donde a multiplicação dos cruzamentos (Prado Júnior, 2011 [1942], p. 111).

Já no século XIX, grande parte da população brasileira era composta por negros africanos que foram se misturando com outras etnias. Logo se percebe que a mestiçagem, a combinação possível das três etnias predominantes no Brasil (portugueses, indígenas e africanos), era inevitável e se tornou o traço característico mais notável e profundo da formação da nação brasileira. Pode-se concluir que a formação desta sociedade, bem como a Língua Portuguesa praticada no Brasil, sofreu forte influência dos povos indígenas e, sobretudo, dos povos africanos.

O processo econômico permitiu, ao longo dos anos, uma intensa movimentação populacional no Brasil. Segundo Prado Júnior (2011 [1942]), os principais fatores que determinaram tais movimentos foram o ciclo de mineração e a dispersão das fazendas de gado. Em traços regionais, Prado Júnior (2011 [1942]) destaca que os africanos predominavam nas áreas de maior concentração de “atividade econômica, presente ou passada. As razões são óbvias: o negro se incorpora à população da colônia como escravo e trabalhador; fixar-se-á portanto lá onde se procura mão de obra e se pode pagá-la a bom preço” (Prado Júnior, 2011 [1942], p. 111).

Faraco (2019) destaca que a mineração proporcionou “a primeira grande movimentação populacional da história do Brasil, da qual resultou um progressivo redesenho da ocupação do

território e do ordenamento social e econômico do conjunto da colônia” (Faraco, 2019, p. 127). Com essa acentuada movimentação populacional, o ciclo aurífero intensificou o multilinguismo que, gradualmente, se encaminhava para ascender a Língua Portuguesa como língua de uso geral da população brasileira. Assim, o predomínio da Língua Portuguesa no Brasil

[...] não se deu, portanto, do dia para a noite, nem estava dada já no século XVI. Foi antes o resultado de um processo de longa duração intrinsecamente interligada com fatores socioeconômicos e não como pretenderam, algo ingenuamente, alguns filólogos brasileiros que atribuíram a vitória do português à sua (suposta) superioridade que estaria aliada à (suposta) superioridade cultural europeia (Faraco, 2019, p. 129).

Desse modo, considerando a formação étnica do Brasil, o caráter mais evidente da sociedade brasileira é “a mestiçagem profunda das três raças (portuguesa, indígena e africana) que entraram na sua composição” (Prado Júnior, 2011 [1942], p. 112). E isso influenciou diretamente a estrutura da Língua Portuguesa usada no Brasil. São eles, os mestiços, que disseminaram as variedades de uma língua europeia que se manifestaram nas sociedades coloniais brasileiras, haja vista que o emprego da Língua Portuguesa foi imposto “como fator de segregação e como um dos instrumentos de que se servia o colonizador para manter sob controle a rígida estrutura socioeconômica colonial” (Faraco, 2019, p. 102). A Língua Portuguesa, ao longo da expansão extraeuropeia de Portugal, submeteu-se ao contato com distintas culturas e línguas, como as africanas, americanas e asiáticas. Essa relação resultou em diversas situações, entre elas, no decorrer do século XIX e início do XX, no Brasil, a constituição da primeira sociedade extraeuropeia em que a Língua Portuguesa se tornou majoritária e hegemônica, tornando-se a língua primeira². Assim, observando que

[...] foi no Brasil que se constituiu a primeira sociedade extraeuropeia em que a língua se consolidou hegemonicamente como língua primeira da maioria da população, Ivo Castro aponta o que considera ser um dos principais problemas da linguística do português: o de determinar se as diferenças que se apontam entre as variedades portuguesas e brasileiras devem ser encaradas como variedades de um mesmo grande sistema léxico-gramatical, ou se constituem já sistemas separados e, portanto, línguas diferentes (Faraco, 2019, p. 106-107).

Nessa perspectiva, os falantes de certas variedades do português sofreram rejeições raciais e socioculturais que, posteriormente, dividiram-se, como fator de segregação, nos chamados português brasileiro culto e português popular brasileiro. O primeiro diz respeito à variedade do português utilizada pelas populações urbanas e letradas, a língua usada nas atividades de escrita monitorada; já o segundo se refere à variedade usada pelas populações rurais, os iletrados.

Nesse contexto, é notório que a segregação e a repulsa se fizeram presentes na sociedade brasileira, e isso refletiu, também, na língua utilizada no Brasil, pois é

[...] evidente que a língua portuguesa polarizada se converteu no Brasil numa marca distintiva de grupos sociais: a “boa sociedade”, a “sociedade dos homens bons”, a “camada superior”, a “flor da sociedade” (para usar expressões correntes no período colonial e imperial e ainda subjacentes, de certa forma, aos discursos sobre a língua no Brasil) a falar as variedades do português culto; e a “pobreza”, a “plebe urbana”, os “homens sem qualidade”, a “grande massa da população”, a “escória da população”, os “parasitas da árvore social” (expressões recorrentes em textos do século XIX e ainda igualmente subjacentes aos discursos depreciativos do português popular e de seus falantes) a falar as variedades do português popular (Faraco, 2019, p. 125).

2 - Segundo Faraco (2019), no Brasil, em meados do século XVI, havia um denso espaço multilíngue - que, além das diversas línguas indígenas, crescia cada vez mais com a chegada de populações africanas escravizadas e, mais adiante, de imigrantes europeus e asiáticos -, contudo, a Língua Portuguesa, por diversas razões, tornou-se a língua predominante no Brasil.

Essa distinção linguística suscitou, no final do século XIX e início do século XX, uma discussão sobre *a questão da língua no Brasil*. Essa problematização fez com que diversos estudiosos da língua entrassem na discussão, expondo, assim, suas ideias através de produções escritas. As opiniões desses intelectuais se dividiram entre defender ou não uma língua, a *língua nacional*³, própria do Brasil, que se distanciava do português europeu. Alguns desses nomes, segundo Melo (1981, p. 3-6), são, por exemplo: Antenor Nascentes, com *O Linguajar Carioca* (1922); Clóvis Monteiro, com *Português da Europa e Português da América* (1931); João Ribeiro, com *A Língua Nacional* (1933); Herbert Parentes Fortes, com *A gramática e a Evolução da Língua Portuguesa no Brasil* (1933); e, novamente Antenor Nascentes, lançando o quarto volume da série *O Idioma Nacional* (1942); entre outros.

O sentimento ufanista, a busca contra os padrões linguísticos lusitanos pela identidade nacional, de acordo com Melo (1981), é inerente, naturalmente, a uma comunidade, pois ficamos ligados aos laços históricos e culturais. Para Melo (1981), a comunhão

[...] de língua, de raça, de religião, de território, de instituições jurídicas, são elementos materiais da nacionalidade, que podem eventualmente faltar; mas o próprio, o formal da nação é a consciência íntima e forte de que pertencemos àquele todo menor, separado, diferente, *nosso*, todo que se chama Brasil [...] (Melo, 1981, p. 24-25, grifos do autor).

Outrossim, a língua participa e identifica uma nação, logo, é necessário estabelecer pesquisas e reflexões sobre a sua constituição numa nação. João Ribeiro, além do magistério, dedicou-se a outras atividades, como os estudos sobre gramática e filologia. Produziu três gramáticas que, em 1888, recebeu premiação na Exposição de Objetos Escolares, promovida pela Associação Mantenedora do Museu Escolar Nacional. Tornou-se exímio em português, grego, latim, francês, espanhol, italiano, provençal, catalão, alemão, inglês, línguas ameríndias; e ainda se dedicou à história, geografia, sociologia, psicologia, antropologia, entre outros (Cavaliere, 2005). Com tanto conhecimento, Antônio Houaiss qualificou-o de “grande polígrafo fascinante”⁴.

Para Leão (1954, p. 38), a característica mais expressiva de João Ribeiro é o “gosto que ele revelou sempre pelas inovações”. Essa predisposição, afirma Cavaliere (2005), o fez revisar e reconsiderar algumas ideias, transitando da posição purista, no início da carreira como filólogo, para uma propensão até mais liberal. Nessa perspectiva, em *A língua nacional e outros estudos linguísticos*, Ribeiro (1979) descreve que os primeiros vocábulos da América, divergentes dos de Portugal, emergiram logo nos primórdios do Brasil colonial. O autor traz reflexões sobre o que chamava de língua nacional.

Assim, na próxima seção será discorrido sobre a obra *A Língua Nacional e outros estudos linguísticos* (Ribeiro, 1979).

A LÍNGUA NACIONAL E OUTROS ESTUDOS LINGUÍSTICOS (RIBEIRO, 1979)

Considerando a necessidade de escrever sobre as alterações normais e inevitáveis de qualquer língua, João Ribeiro sustentou a ideia de que os brasileiros tinham o direito “à independência da linguagem com que nos comunicamos na América” (Ribeiro, 1979, p. 43). Por esse motivo escreveu *A língua nacional* (1ª ed. de 1921) para discutir, evidenciar e esclarecer as influências de outros povos e culturas, diferentes das de Portugal, que o nosso português sofreu. Essa obra trata dos chamados *brasileirismos* debatidos, mais intensamente, na segunda metade do século XIX e início do século XX.

3 - A denominação se diversificava de linguista para linguista: o filólogo Gladstone de Chaves Melo (1981), por exemplo, utiliza o termo *Língua do Brasil*; Herbert Parente Fortes (1933), *Língua Portuguesa no Brasil*; João Ribeiro (1979), *Língua Nacional* etc.

4 - Este texto de Antônio Houaiss pode ser consultado na obra *A língua nacional e outros estudos linguísticos* (1979), de João Ribeiro.

O filólogo ainda afirma que “a língua nacional é essencialmente a língua portuguesa, mas enriquecida, independente e livre em seus movimentos” (Ribeiro, 1979, p. 164). Afirmar isso, no século XX, já não era mais novidade, porque esse direito à “independência da linguagem” era requerido pelos nossos grandes escritores, desde José de Alencar, em *Iracema*, por exemplo. Na prática, “todos nós, consciente ou inconscientemente, estávamos, estamos e estaremos sempre a diferenciar e a integrar o nosso vocabulário e os nossos modismos idiomáticos” (Ribeiro, 1979, p. 44).

O livro *A língua nacional e outros estudos linguísticos*, de 1979, é uma obra póstuma que foi publicada em regime de edição, num esforço comum que contou com a atuação direta da Secretaria da Educação e Cultura do Estado de Sergipe e da Editora Vozes. O projeto documenta e promove a divulgação de obras expressivas das ideias do nosso meio e revelam as origens culturais dos brasileiros. A obra está dividida em: *parte I - a língua nacional* e *parte II - outros estudos linguísticos*.

Na parte I, Ribeiro discorre sobre os chamados *brasileirismos* - vocábulos de origem americana -, direcionados, principalmente, aos “amadores e estudiosos do idioma português na América” (Ribeiro, 1979, p. 49). A língua nacional é discutida, nessa obra, sob aspectos menos técnicos e mais sensíveis às curiosidades de um idioma português, onusto de contato linguístico e cultural com outros povos, na América. Dito isso, o autor pontua que

A nossa gramática não pode ser inteiramente a mesma dos portugueses, as diferenciações regionais reclamam estilo e método diversos. A verdade é que, corrigindo-nos, estamos de fato a mutilar idéias e sentimentos que nos são pessoais. [...] Na linguagem como na natureza, não há igualdades absolutas; não há, pois, expressões diferentes que não correspondam também a idéias ou a sentimentos diferentes. Trocar um vocábulo, uma inflexão nossa, por outra de Coimbra, é alterar o valor de ambos a preço de uniformidades artificiosas e enganadoras (Ribeiro, 1979, p. 51-52).

A língua nacional diverge da lusitana em muitos aspectos, como mencionado acima por Ribeiro, todavia, segundo o autor, não é uma língua nova; ela é reflexo da identidade dos brasileiros, pois a nossa língua herdou expressões de outros povos, como as dos africanos e indígenas, principalmente. Conforme Ribeiro (1979), os primeiros vocábulos de origem americana (os *brasileirismos*) surgiram nos documentos literários, nas cartas jesuítas e nas crônicas dos antigos historiadores. Tais vocábulos do Brasil colonial, de acordo com Ribeiro (1979), são “a primeira diferenciação da língua portuguesa na América; mas, em geral, consiste em expressões técnicas e peculiares ao Novo Mundo [...] que não tinham designação específica na língua dos conquistadores” (Ribeiro, 1979, p. 58-59).

Na literatura, o romantismo propagou o indianismo e escritores, como Gonçalves Dias e José de Alencar, acentuaram as divergências entre o vocabulário português e americano. Com o interesse de verificar, refletir e ter consciência sobre os nossos *brasileirismos* e a nossa gramática, Ribeiro (1979) apresenta, na *Parte I* da obra analisada, alguns desses vocábulos e suas respectivas explicações. Selecionamos e organizamos O Quadro 1 com alguns desses *brasileiros* e suas explicações:

Quadro 1 - Brasileirismos e explicações

Brasileirismos	Explicações
Beber água de chocalho	“[...] dito que, nas regiões do norte do Brasil, se aplica sempre aos tagarelas ou a qualquer indivíduo que ‘fala pelos cotovelos’. - Este (dizem) bebeu água de chocalho. [...] O chocalho tem para o povo a virtude mirífica de desembaraçar a língua” (1979, p. 65). “[...] vocábulo de origem tupi [...]” (1979, p.67)
Na pindaíba	“Diz-se da pessoa que está em extrema penúria ou necessidade, [...] sem saída, em dificuldades e apuros”. “O modismo é de origem brasileira e indígena” (1979, p. 68-70).
Por dentro molambo só	“O provérbio é: <i>por fora muita farofa, por dentro só o molambo</i> . Para os africanos, <i>molambo</i> é especialmente um trapo ou toalha de decência que amarram à cintura e com que encobrem a nudez a que estão habituados. Portanto, o sentido normal é o de trajes exteriores vistosos que encobrem as roupas menores ou a miséria da camisa rota ou suja” (1979, p. 76).
Macaco velho	“Surge de uma lenda tupi assaz bastante conhecida: o de uma dessas experiências obtidas pelo macaco (jacaré ou raposa em outras versões) por haver roubado a gaita do jabuti. Este exerce uma vingança e desforra tremenda com apertar horrivelmente a mão ou o dedo do inimigo voraz por uma engenhora tortura da inventiva do animal. A conclusão é que a raposa experimentada (o macaco velho) não meteria mais o dedo ou a mão em cumbuca” (1979, p. 93).
Nem a gancho	“ <i>Nem a gancho!</i> É a escusa com que se indica a impossibilidade de reduzir qualquer pessoa à boa razão ou de conseguir qualquer fim, por maior diligência ou esforço que se faça e empregue. [...] foi de Portugal que nos veio esse modismo popular.” A expressão indica “o impossível, a teimosa rebeldia dos homens ou a irreduzibilidade das coisas. Passado à colônia, o modismo nada sofreu do seu arcaísmo e ainda é metal sonante e corrente” (1979, p. 105-106).
Quilombo, mocambo	“A palavra <i>quilombo</i> significava entre nós uma espécie de república de negros fugidos à escravidão. Os quilombos reuniam grande número de escravos que procuravam evitar os rigores do cativeiro. O mais famoso foi o Quilombo dos Palmares que se formou durante as guerras holandesas no século XVII. Em outros lugares daqui se chamavam <i>mocambos</i> essas sociedades de mateiros e salteadores, porque <i>mocambo</i> , lugar das mucamas, é sítio reservado, ao que parece, às mulheres escravas, lugar de gozo sensual e foi por isso que as duas palavras <i>quilombo</i> e <i>mocambo</i> , de si mesmas diferentes, adquiriram certa afinidade de sentido” (1979, p. 108-109). “Em nota: <i>Mucamas</i> (mulheres africanas) eram as escravas de cama, denominação portuguesa que “passou à língua de Angola, com o sórdido costume dos haréns de escravas, introduzido pelos senhores brancos”. Parece-nos objeccionável este modo de ver de pessoa aliás autorizada. Esse costume poligâmico era próprio dos negros e não foi importado e nem o foram as palavras que naturalmente o designam” (1979, p. 109).
Amanhã é dia santo	“É do folclore infantil. Não tem aplicação na sociedade dos homens; mas entre as crianças é que ela vive. E tem vida já bem longa. Nas escolas onde tão vária é a meninada travessa, sucede às vezes que uma das crianças traz um rasgão nas meias por onde aparece a pele rósea e branca dos pés. E logo há outra criança que assinala o fato dizendo: ‘amanhã é dia santo!’ [...]. Registro esta frase como brasileira por ser entre nós muito familiar. É provável que exista ainda entre portugueses donde nos veio seguramente” (1979, p. 119-121).
Olhos de sapiranga	“Do norte ao extremo sul, o modismo popular <i>olhos de sapiranga</i> , de língua tupi, é a expressão com que se designam os olhos encarniçados, vermelhos ou inflamados (<i>injetados</i> , segundo se diz agora à francesa). É de si mesma redundante e pleonástica, quando a conferimos com os elementos etimológicos donde foi tirada” (1979, p. 128-129).

Fonte: elaborado pela autora deste trabalho, com base em Ribeiro (1979).

Pode-se observar que há *brasileirismos* herdados dos lusitanos, mas, a maioria dos provérbios e ditos brasileiros são de origem africana ou indígena, por isso, faz-se necessário conhecer as origens dessas expressões para compreender os seus sentidos. Além disso, um “fenômeno sempre possível na dialeção da linguagem culta no Brasil é a confusão de vocábulos africanos e indígenas, oriundos uns e outros das raças submetidas pela conquista e pela escravidão” (Ribeiro, 1979, p. 108).

Na sequência, a *parte II* da obra expõe estudos que apontam as nuances, as variações e a originalidade da língua portuguesa na América. Ribeiro (1979) enfatiza que “não inculcam língua nova” (Ribeiro, 1979, p. 164). Com esses estudos, o autor revela que apenas quis “dar uma amostra da fraseologia nacional, com o estudo das origens e com a documentação que pudemos alcançar em alguns momentos de pesquisa e de experiência” (Ribeiro, 1979, p. 164).

Nesse sentido, Ribeiro critica a postura de “gramaticões de velho tipo”⁵ que defendem a ideia do que é correto ou errado. Para ele, o estudo sobre a linguagem tem que ser objetivo e, raramente, entregue às questões do que é melhor ou pior. No capítulo intitulado *Gramatiquices*, o intelectual admoesta sobre as publicações das “Palestras filológicas” do Sr. Silvio de Almeida, que tenta explicar vocábulos e *brasileirismos* “sem nenhuma educação teórica ou prática”, ou seja, divulgou um material que nem sequer buscou a fundamentação nas origens dos vocábulos e expressões, “era muito natural que as suas “Palestras” não lograssem mais que o favor de meras curiosidades inventivas ou de repetições cediças de coisas vulgares e sabidas” (Ribeiro, 1979, p. 169). Os equívocos de Almeida são inteiramente condenáveis por Ribeiro, pois, além de incoerentes, segundo ele, são alguns plagiados de outros escritores portugueses.

Prontamente, no capítulo *Antigramática*, Ribeiro afirma que escrever de forma clara e compreensível não significa dizer que é escrever como os portugueses fazem, muito menos rabisar gramaticalmente. Para ele, “a questão da gramática é, no Brasil, tão importante como a questão do café” (Ribeiro, 1979, p. 182). Tem-se que aceitar a língua como um gênero de importação contínua e variável. Um dos fatos de diferenciação entre o português Europeu e o da América mais estudado é a chamada colocação pronominal, que, no final do século XIX, torna-se proclítica no contexto brasileiro e enclítico em Portugal. Conforme Ribeiro (1979), isso não implica dizer que um fenômeno é bom e o outro ruim, porquanto todos os fenômenos da linguagem são essencialmente legítimos. No Brasil, a “questão do pronome é toda prosódica, e desse caráter prosódico é que deriva a construção sintática” (Ribeiro, 1979, p. 184).

Desse modo, a diferença entre uma língua e outra não consiste apenas na prosódia; a pronúncia é um dos sinais de que há tantas outras diferenciações que caracterizam a linguagem. Dito isso, no capítulo intitulado *Semântica*, o filólogo discorre sobre a metamorfose e o desenvolvimento de sentido das palavras e cita alguns exemplos, como a palavra ‘idiota’:

Idiota, entre os gregos *idiôtes*, era chamado o homem particular por oposição ao que tinha ofício ou encargo. Mais tarde e por igual razão, eram chamados assim os que formavam a maioria do povo. Nesse sentido encontramos nos nossos clássicos o termo por vezes ligado a outro “o povo *idiota*”, para designar os leigos e toda gente não letrada e alheia à república ou ao governo. Fixou-se, então, o sentido de que *idiota* era o não-letrado, o que não sabia ler nem escrever. Havia nas aldeias portuguesas *juizes idiotas*, simples juizes de paz e de quem não se exigia mais que os bons costumes, a experiência e a probidade. Eram naturalmente idiotas os leguleios e *lhagalês* (da soletração l-h-e), “São aqueles gregos mui rústicos, idiotas, ignorantes e sem letras”, dizia Pantaleão de Aveiro, no seu *Itinerário*, X. Hoje, em vez de *idiota*, dizemos aqui no Brasil analfabeto; (Ribeiro, 1979, p. 186-187, grifos do autor).

Nessa perspectiva, percebe-se que as palavras podem se desenvolver em conceitos novos e variados, e isso é atestado em todas as categorias dos vocábulos, sem excluir os que parecem ser intangíveis, como os nomes de pessoas e lugares. Ribeiro (1979) ainda nos apresenta um exemplo disso:

5 - Expressão utilizada por João Ribeiro, em *A língua nacional e outros estudos linguísticos*, de 1979, p. 167.

Um dos fatos mais freqüentes na história da língua é a mudança de categoria dos nomes. Os exemplos são vulgaríssimos e assaz conhecidos, como os dos verbos transformados em substantivos: os “haveres”, os “víveres” e outros. Os adjetivos que perderam a função originária: o “tenente”, o “lente”, o “doente” (de “tener”, “ler” e “doer”) processo fecundo em derivações novas e imprevisas. Menos comum, todavia, é o emprego de “declive” que devia ser um adjetivo “terra declive”. Dessa espécie é “anátema”. Era um adjetivo grego, vulgarizado pelas palavras do Novo Testamento: “Seja anátema!” (*anathema sit*), seja separado, excomungado e posto longe, literalmente. Dizia-se a princípio das vítimas expiatórias nos sacrifícios do gentilismo. Hoje “anátema” é um substantivo equivalente a maldição, execração. O mesmo sucedeu a “paradoxo”: doutrina paradoxal, discurso paradoxo (Ribeiro, 1979, p. 191).

Dessarte, como apontado por Ribeiro (1979), a língua sofreu (e ainda sofre) transformações, adquire novos significados, novos sentidos e incorpora diferentes vocábulos e expressões de outros povos a qual tivera contato. Em consonância com isso, Faraco (2008) afirma que fatores como o contato entre povos e culturas distintas, hibridizações, contatos entre normas, mudanças, entre outros, “acrescentam ingredientes fundamentais para qualquer discussão sobre questões de língua: nunca é possível deixar de considerar que toda realidade linguística é organizada, heterogênea, híbrida e mutante” (Faraco, 2008, p. 45).

Assim, é indispensável, não só para o estudante de Letras, mas também para os falantes da Língua Portuguesa no Brasil conhecer as origens, os sentidos e as influências da nossa língua. Dito isso, a seção que segue tece as considerações finais deste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscou-se apresentar e analisar, brevemente, a obra *A língua nacional e outros estudos linguísticos* (Ribeiro, 1979) através da construção de uma narrativa historiográfica, conduzida a partir dos pressupostos teórico-metodológicos da Historiografia da Linguística. É importante ressaltar que a pesquisa em Historiografia da Linguística permite recuperar informações do passado que, indubitavelmente, são necessárias para compreender as concepções do agora.

Nas primeiras considerações abordadas neste estudo, foi possível observar que a ação dos lusitanos no Brasil colonial para a formação da sociedade brasileira atual acarretou a segmentação da língua em português brasileiro culto e português popular brasileiro. Essa separação de língua (social e cultural também) despertou o interesse de diversos intelectuais da época e ficou conhecida como a problematização sobre *a questão da língua no Brasil*. Estudos dos filólogos do século XIX e XX, como os trabalhos de Ribeiro, contribuem para os estudos linguísticos e filológicos do século XXI, pois esclarecem as origens e os sentidos da Língua Portuguesa usada no Brasil.

Assim, pode-se concluir que a obra *A língua nacional e outros estudos linguísticos* (Ribeiro, 1979) aponta que a Língua Portuguesa no Brasil adquiriu fortemente a influência dos povos presentes no território brasileiro, especialmente dos povos indígenas e africanos. Ribeiro (1979) reconhece as especificidades brasileiras e tende a não excluir as raízes da formação do Brasil, mas, sim, explica as origens de expressões e vocábulos utilizados pelos brasileiros.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO FILHO, L. A. de; SILVA, J. P. da (org.). **Dicionário bibliográfico da Academia Brasileira de Filologia**. Rio de Janeiro: ABRAFIL, 2012.
- CARDOSO, J. M. P. **A Grammatica Portugueza (3ª edição de 1889 e 19ª edição de 1920), de João Ribeiro**: análise comparativa de edições. Relatório de Iniciação Científica (Graduando em Licenciatura Plena em Letras Português) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2020.
- CARDOSO, J. M. P. **Os “brazileirismos” nas obras Grammatica Portugueza (1889) e a Língua nacional (1933), de João Ribeiro**: uma análise historiográfica. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura Plena em Letras Português) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2021.
- CAVALIERE, R. As ideias linguísticas de João Ribeiro. **Revista Portuguesa de Humanidades**, Braga, Universidade Católica, v. 9, p. 137-149, 2005.
- FARACO, C. A. Afinando conceitos. In: FARACO, C. A. **Norma culta brasileira**: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- FARACO, C. A. **História do Português**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2019.
- GOMES JÚNIOR, S. C. A questão da língua brasileira e o despontar do linguista Gladstone Chaves de Melo. **Revista da Abralín**, [s.l.], v.18, n.1, p. 01-41, 2019.
- LEÃO, M. **João Ribeiro**: ensaio biobibliográfico. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1954.
- MELO, G. C. de. **A língua do Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1981.
- PENHA, J. A. P. **Filólogos Brasileiros**. Franca: Ribeirão Gráfica, 2002.
- PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. Entrevista Fernando Novais; posfácio Bernardo Ricupero. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 [1942].
- RANAURO, H. P. Cronologia da vida e obra de João Ribeiro. In: RIBEIRO, J. **A Língua Nacional e Outros Estudos Linguísticos**. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 27-41.
- RIBEIRO, J. **A língua nacional e outros estudos linguísticos**. Petrópolis: Vozes; Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1979.
- SILVA, R. da C. Ideias linguísticas de Herbert Parentes Fortes em “A questão da Língua Brasileira”: um olhar historiográfico. In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 25., 2016, Teresina. **Anais** [...]. Teresina, Universidade Federal do Piauí, 2016.